

## A ATUAÇÃO DO COLETIVO CULTURAL GELEIA TOTAL À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DAS ARTES

**Noé Rodrigues de Holanda Filho**

(Universidade Federal do Ceará / noerhfilho@gmail.com)

**Francis Wilker de Carvalho**

(Universidade Federal do Ceará / franciswilker@gmail.com)

### RESUMO:

O artigo analisa a atuação do coletivo cultural piauiense Geleia Total à luz dos princípios e eixos da Política Nacional das Artes (PNA), buscando compreender como práticas culturais desenvolvidas nos territórios dialogam com diretrizes de políticas públicas nacionais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, combinando estudo de caso, pesquisa documental e pesquisa quanti-qualitativa. Os resultados evidenciam forte alinhamento entre a atuação da Geleia Total e princípios da PNA, especialmente diversidade, liberdade de expressão, inventividade e territorialidade, além de elevada aderência aos eixos de difusão, memória, reflexão crítica e desenvolvimento socioeconômico. Ao mesmo tempo, identificam-se limitações nos eixos de formação, criação, pesquisa e internacionalização, associadas tanto às escolhas organizacionais do coletivo quanto a condicionantes estruturais do campo cultural brasileiro. O estudo evidencia que a construção participativa da PNA contribuiu para aproximar a política pública da realidade dos agentes culturais nos territórios, evidenciando a importância de reconhecer e fortalecer coletivos culturais como atores estratégicos na garantia dos direitos culturais e na promoção da diversidade cultural no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geleia Total, Política Nacional das Artes, Políticas Culturais, Ecossistema Cultural, Inovação Social.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, coletivos culturais têm assumido um papel cada vez mais relevante na produção, mediação e difusão das artes no Brasil, operando como atores centrais em processos de inovação social, especialmente em territórios historicamente à margem do acesso a políticas públicas. Esses coletivos articulam práticas artísticas, comunicação, formação e incidência política, contribuindo para a ampliação do acesso à cultura, para a valorização de identidades locais e para a construção de ecossistemas criativos mais democráticos e inclusivos.

Este artigo parte da seguinte questão de pesquisa: como a atuação de um coletivo cultural se relaciona com a Política Nacional das Artes (PNA)? A partir dessa pergunta, o objetivo geral consiste em compreender a atuação da Geleia Total à luz da PNA, tomando o coletivo piauiense Geleia Total como um caso empírico que permite observar, na prática, como o texto-base da Política Nacional das Artes, proposta pelo Governo Federal em 2025, dialoga com a realidade de coletivos já atuantes no cenário artístico.

Como desdobramentos, definem-se os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar a atuação da Geleia Total e seu ecossistema criativo; b) identificar os pontos de alinhamento da Geleia Total com a Política Nacional das Artes; c) identificar limitações da atuação da Geleia Total em relação às diretrizes da PNA.

A Geleia Total, enquanto coletivo cultural atuante no Piauí, pode expressar de forma concreta diversas funções, princípios e eixos que vêm sendo formulados pela Política Nacional das Artes e pelo Plano Nacional de Cultura. Ao mesmo tempo, o caso evidencia limites estruturais, financeiros, institucionais e de reconhecimento, que revelam a importância de políticas públicas capazes de dialogar com práticas já existentes nos territórios, reconhecendo, fortalecendo e cofinanciando essas experiências, como será exposto a seguir.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Coletivos culturais

Os modos de atuação de coletivos culturais tensionam os modelos tradicionais de instituições culturais e de políticas públicas. Marino (2013, p. 11) caracteriza o coletivo cultural como “um movimento independente e desierarquizado, formado por um grupo de pessoas [na maioria das vezes oriundas de territórios subalternos] unidas por interesses comuns, e que desenvolvem ações de ‘cultura de oposição’ com um forte potencial de ‘mídia radical’”. Essa definição ressalta, de um lado, a dimensão política da ação cultural, entendida como disputa de narrativas e de visibilidade, e, de outro, o uso estratégico da comunicação como ferramenta de intervenção no espaço público.

Para além das especificidades de cada contexto, a gestão desses coletivos demanda abordagens que levem em conta as particularidades do campo cultural. Ramos (2023, p. 47) destaca que a “gestão da cultura há de encontrar os referentes próprios de sua ação, respeitando as suas peculiaridades, e buscando evidenciar, de forma original, os critérios de eficácia, eficiência e avaliação”. Isso implica reconhecer que práticas colaborativas, arranjos horizontais, informalidade e múltiplos vínculos de trabalho fazem parte da lógica de funcionamento de muitos coletivos, o que desafia modelos gerenciais convencionais.

O diagnóstico recente do Plano Nacional de Cultura, enviado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional no dia 17 de novembro de 2025, corrobora com este cenário ao apontar que “os trabalhadores e trabalhadoras da cultura enfrentam condições cada vez mais precarizadas, marcadas pela informalidade, intermitência e insegurança econômica.” (Brasil, 2025b, p.19). O diagnóstico aponta que o fazer cultural na realidade brasileira é lidar com precariedades, desigualdades e dificuldade de acesso a oportunidades de capacitação e políticas públicas, e a partir deste contexto muitos coletivos atuam de forma decisiva na democratização o acesso à cultura e às artes em seus territórios, encontrando caminhos superar os desafios inerentes ao fazer cultural em nosso país e tendo um importante papel no diálogo direto com comunidades, artistas e públicos pouco contemplados pelas políticas públicas.

## 2.2 Ecossistemas de Inovação Social

A inovação social é um importante vetor de desenvolvimento econômico, e responsabilidade por enfrentar problemas ambientais e sociais deixa de ser exclusiva do Estado ou do mercado e passa a ser compartilhada por uma pluralidade de atores, organizações públicas, privadas, coletivos, redes locais e movimentos sociais, que atuam de forma articulada na geração de bem-estar (Komatsu Cipriani; Kaletka; Pelka, 2020). Nesse sentido, coletivos culturais podem ser compreendidos como parte de ecossistemas de inovação social que operam em diferentes escalas, de seus territórios ao alcance nacional, produzindo soluções criativas, simbólicas e institucionais para questões sociais complexas.

A partir do conceito de ecossistemas de inovação social, a noção de ecossistema cultural oferece uma lente analítica útil para compreender como diferentes atores, instituições, normas e recursos se articulam em torno da cultura. Lázaro (2023) argumenta que a inovação social pode se materializar tanto em artefatos tecnológicos voltados a demandas sociais quanto em arranjos, processos e práticas que, mesmo não sendo mercantilmente viáveis, respondem a necessidades coletivas e ampliam direitos. Ao tratar do ecossistema de inovação, o autor destaca a importância de observar organizações e coletivos de atores, muitas vezes emergentes, o papel do Estado e de suas regulamentações, bem como as interações entre esses sujeitos e o contexto institucional mais amplo.

Já Komatsu Cipriani, Kaletka e Pelka (2020) propõem analisar ecossistemas de inovação social a partir do chamado “modelo cebola” (*onion model*), que diferencia quatro níveis inter-relacionados: (1) Contexto de papéis (*roles*): diz respeito aos perfis socioeconômicos e às

funções exercidas pelos diferentes atores e beneficiários; (2) Contexto de funções (*functions*): engloba modos de gestão, formas de colaboração, modelos de negócio e de governança; (3) Contexto de estruturas (*structures*): refere-se a instituições, marcos legais, imperativos econômicos, políticos e tecnológicos que condicionam as ações; (4) Contexto de normas (*norms*): abarca padrões éticos e profissionais, condições históricas e legais, códigos e normas socialmente aceitas.

Ainda segundo Lázaro (2023), os ecossistemas de cultura seriam, portanto, uma rede de multiatores e seu contexto em torno de um tema ou mesmo território, interagindo para a sua sobrevivência e crescimento. Assim, o “modelo cebola” também proporciona uma melhor compreensão de ecossistemas de cultura e como suas estruturas e atuações contribuem na produção de soluções inovadoras para questões sociais que pulsam em cada território.

### 2.3 Políticas públicas para a Cultura

O pujante crescimento das indústrias culturais traz cada vez mais para o centro a discussão sobre a importância das políticas públicas para a cultura, tanto no que diz respeito à importância da democratização e acesso à cultura quanto nos desafios de regular as indústrias culturais que passam por mudanças contínuas. García Canclini (2019, p. 32) destaca que “é de interesse público legislar sobre as indústrias culturais, porque elas têm agora um papel destacado e estratégico no desenvolvimento socioeconômico”.

No Brasil, a construção das políticas culturais é marcada por um processo de institucionalização gradual, que se consolida a partir da Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 215, ao reconhecer a cultura como direito e ao estabelecer a obrigação do Estado em garantir o acesso, a proteção e a promoção da diversidade cultural. Desde então, as políticas públicas voltadas para a cultura vêm sendo desenvolvidas e aprimoradas, apesar de momentos de retrocessos, na criação de marcos legais, sistemas de gestão e planos estruturantes, com o objetivo de orientar políticas públicas de longo prazo e reduzir desigualdades que afetam trabalhadores da cultura, valorizando a diversidade cultural dos territórios brasileiros.

Com o governo Lula, tem-se uma reavaliação do que seria a identidade nacional brasileira que aponta para o pluralismo e a incorporação de expressões culturais historicamente excluídas. A diversidade não resulta mais em uma síntese, pelo contrário, é o pólo identitário que cede à diversidade e se multiplica em identidades. Há, por sua vez, a crítica à concepção mercadológica da cultura e a cobrança do papel fundamental do Estado como elaborador e executor de políticas culturais (Barbalho, 2007, p. 56).

Nesse contexto, destaca-se o Plano Nacional de Cultura (PNC) 2025-2035, como principal ferramenta de planejamento estratégico da política cultural brasileira para a próxima década. O PNC resulta de um amplo processo participativo, envolvendo conferências, oficinas

territoriais, consultas públicas e debates setoriais, e articula princípios, diretrizes, transversalidades e objetivos estratégicos que orientam a política cultural em escala nacional (Brasil, 2025b). O plano reafirma a cultura como direito, valor simbólico e econômico, e como eixo estruturante da democracia, da diversidade e do desenvolvimento sustentável, organizando as políticas culturais em oito eixos estratégicos, entre eles Gestão e Participação Social, Fomento, Formação, Cultura Digital, Economia Criativa e Patrimônio.

A implementação do PNC se articula diretamente com o Sistema Nacional de Cultura (SNC), concebido como um “SUS da Cultura”, isto é, uma política de Estado que organiza a cooperação entre União, estados e municípios. O SNC estabelece mecanismos de governança compartilhada, pactuação federativa, financiamento contínuo e espaços de participação social, buscando garantir que a política cultural seja executada de forma articulada e com controle social. O PNC funciona, assim, como documento orientador do sistema, enquanto o SNC assegura sua operacionalização, continuidade e monitoramento.

A federalização das políticas públicas de cultura constitui um princípio central dos marcos recentes, ao enfrentar a histórica concentração de recursos em grandes capitais e no eixo Sul-Sudeste e ao ampliar o alcance territorial dos investimentos culturais. A Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), aprovada em 2023, é um exemplo disso, ao instituir repasses anuais e obrigatórios a estados e municípios e ao fortalecer a descentralização em diálogo com os princípios e eixos do novo PNC. Para Marighella (2024), esse processo representa uma “virada histórica”, ao substituir um modelo de concentração por uma lógica federativa de investimentos articulados, voltada à redução de desigualdades e ao reconhecimento da cultura como direito do povo brasileiro.

No cenário piauiense, o Plano Estadual de Cultura do Piauí (PEC 2022-2027) dialoga com o PNC ao estabelecer princípios como diversidade cultural, liberdade de expressão, direito à memória, sustentabilidade socioambiental, democratização das políticas culturais e participação social (Piauí, 2023). Entre seus objetivos estão a valorização das criações artísticas, a universalização do acesso, o fortalecimento do patrimônio cultural, o estímulo à economia da cultura, a qualificação da gestão e a descentralização territorial. O plano prevê ainda diretrizes voltadas à criação de fundos municipais de cultura, à formação de consórcios intermunicipais, ao apoio a festivais e à visibilidade de artistas piauienses, incluindo ações afirmativas para povos indígenas, afrodescendentes, mulheres, juventudes, pessoas com deficiência e outros grupos historicamente marginalizados.

A Política Nacional das Artes (PNA), coordenada pela Funarte e pelo Ministério da Cultura, emerge como política setorial integrada a essa arquitetura institucional. Enquanto o PNC orienta o sistema de políticas culturais em sentido amplo, a PNA concentra-se na cadeia das artes, criação, difusão, formação, memória e condições de trabalho, reforçando o reconhecimento de artistas e trabalhadores da arte como sujeitos de direitos e não apenas beneficiários de políticas. A PNA incorpora dimensões como reparação cultural, ações afirmativas, descentralização territorial, ampliação da acessibilidade, estímulo à invenção artística e valorização do trabalho artístico, constituindo-se como um marco para o fortalecimento das artes no Brasil (Brasil, 2025a).

Dessa forma, o país vive um momento de reconstrução e reorganização de seu sistema cultural, sustentado em três pilares interdependentes: o PNC como horizonte estratégico, o SNC como mecanismo federativo de coordenação e a PNA como política setorial para as artes.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em estudo de caso e em pesquisa documental. Segundo Yin (2007), os estudos de caso representam uma boa estratégia de pesquisa quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", e quando a pessoa pesquisadora pesquisador tem pouco controle sobre os eventos. Logo, este o estudo de caso tem como unidade de análise o coletivo cultural piauiense Geleia Total, permitindo examinar em profundidade suas práticas, narrativas e relações com o campo das políticas públicas de cultura.

A Geleia Total é um coletivo de valorização da arte e da cultura do Piauí que, desde 2014, vem construindo espaços de diálogo artístico e de aproximação entre o público piauiense (e de outras regiões) e a produção cultural do território. Sua atuação se dá por meio da produção de conteúdos em portal próprio e em redes sociais, da realização de espetáculos e ações formativas, da comercialização de produtos culturais locais e da prestação de serviços de produção cultural para artistas piauienses.

Com o intuito de preservar a autoestima e as lutas artísticas, o objetivo da Geleia Total é gerar impacto social, valorizando e divulgando a cultura do Piauí, proporcionando visibilidade para quem está produzindo cultura, frente às oportunidades, pois um artista divulgado pela Geleia muitas vezes consegue ter mais público, mais seguidores, oportunidades de entrevistas e alcançar uma teia de relações e contatos em outras mídias (Lima, 2022, p. 40).

A pertinência da escolha deste coletivo se justifica por sua atuação em um território à margem do acesso às políticas públicas e dos centros financeiros do país, e que desempenha há 10 anos ações voltadas para a valorização da cultura local, possibilitando uma interessante análise sobre o diálogo da Política Nacional das Artes com a atuação concreta de um coletivo cultural. Lima (2025, p. 55) ressalta acerca do papel exercido pela Geleia Total sobre a comunicação comunitária, afirmando que o coletivo “desempenha um papel essencial na construção de identidades coletivas e no fortalecimento do senso de pertencimento. Ao amplificar as vozes locais, enriquece a compreensão da realidade com perspectivas diversas e autênticas”.

Haraway (1995) nos apresenta o conceito de “saberes localizados”, pondo em xeque a visão de que a produção do saber científico deva ser isenta de perspectiva, de corpo, almejando uma pretensa objetividade ou ausência de vieses.

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso e finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento “objetivo” (Haraway, 1995, p. 36).

Assim sendo, é importante ressaltar que este pesquisador também é o Idealizador e Coordenador Geral do coletivo cultural piauiense Geleia Total, fazendo uso do “privilegio da perspectiva parcial” para produzir os conhecimentos e aprendizados presentes neste artigo. Aprendizados estes que partem, principalmente, a partir dos corpos que compõem o coletivo Geleia Total, corpos dotados das cores e vinculando “o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear” (Haraway, 1995, p. 21).

Além da análise documental, que incluiu a Política Nacional das Artes (2025), o Plano Nacional de Cultura 2025-2035, o Plano Estadual de Cultura do Piauí 2022-2027, o portal da Geleia Total e, em especial, o Manifesto da Geleia Total (2018), foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa por meio de formulário *on-line* no *Google Forms*, destinado a pessoas integrantes do coletivo e ao público das ações realizadas a fim de possibilitar maior embasamento para esta pesquisa.

O instrumento buscou captar percepções sobre o papel da Geleia Total no ecossistema cultural piauiense, bem como avaliar o alinhamento entre suas práticas e os princípios e os eixos de implementação presentes na PNA, por meio da apresentação de uma série de afirmações avaliadas por escala *Likert* (1 a 5), que mediam o grau de concordância sobre a aderência do coletivo Geleia Total aos princípios (diversidade, liberdade de expressão, inventividade, territorialidade) e aos eixos de implementação (difusão, memória, formação, pesquisa, reflexão crítica e desenvolvimento socioeconômico) da Política Nacional das Artes.

Além da parte quantitativa, o formulário incorporou perguntas abertas destinadas a coletar impressões qualitativas sobre pontos fortes, fragilidades, sugestões e exemplos concretos de ações relevantes do coletivo com vistas a possibilitar uma compreensão mais aprofundada dos dados coletados.

## 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 O Ecossistema da Geleia Total

À luz do “modelo cebola” de análise de ecossistemas de inovação social (Komatsu Cipriani; Kaletka; Pelka, 2020), o caso da Geleia Total pode ser descrito a partir de quatro contextos interrelacionados.

No contexto de normas, atualmente, o coletivo atua em um ambiente fortemente condicionado pelos marcos legais da cultura em níveis nacional, estadual e municipal, como o PNC, o PEC-PI e a PNA, bem como por normas informais associadas a redes de artistas, práticas

colaborativas e valores de solidariedade, diversidade e valorização da cultura local. E a atuação do coletivo também é bastante influenciada pelos editais de cultura, e suas exigências de participação, o que impactaram na formalização do coletivo como pessoa jurídica.

O contexto de estruturas é marcado por restrições econômicas e institucionais. A inexistência de uma fonte de receita recorrente dificulta o planejamento de longo prazo e torna o coletivo dependente de editais, políticas públicas e parcerias com instituições culturais e educacionais. A ausência de regulamentação mais robusta do trabalho na cultura, aliada à oferta limitada de oportunidades de formação artística e de produção cultural em nível local, limita as possibilidades de expansão e de sustentabilidade da iniciativa.

No contexto de funções, a Geleia Total se organiza como um coletivo multifacetado, composto por artistas, produtores culturais e comunicadores de diferentes áreas, o que gera complementaridade de competências e amplia sua capacidade de atuação. A gestão, ainda que marcada por informalidade em alguns aspectos, envolve funções distribuídas de curadoria, produção, desenvolvimento do portal, fotografia, edição de imagem e vídeo, produção de conteúdo, redação, revisão, entre outras funções, configurando um arranjo colaborativo e dinâmico.

Por fim, o contexto de papéis e atores evidencia um intenso diálogo com outros coletivos culturais, portais de cultura, instituições de ensino e equipamentos culturais, especialmente no Piauí. A Geleia Total ocupa o papel de mediadora entre artistas locais e diferentes públicos, articulando redes e estabelecendo conexões que extrapolam a dimensão estritamente artística, alcançando debates sobre políticas culturais, identidade e desenvolvimento territorial.

#### 4.2 Alinhamentos com a Política Nacional das Artes

A análise do Manifesto da Geleia Total e dos resultados do formulário evidencia grande convergência entre a atuação do coletivo e os princípios e eixos da Política Nacional das Artes (PNA). No que tange aos princípios, a Geleia Total demonstra compromisso sistemático com a diversidade ao valorizar múltiplas linguagens, identidades e territorialidades do Piauí, dialogando diretamente com diretrizes de reparação e ações afirmativas da PNA, como pode-se perceber no item dois do manifesto: “Acreditamos na importância da valorização da arte em toda sua diversidade: tipos de arte, estilos artísticos, gênero, faixa etária, origens, influências” (Holanda Filho, 2018).

A liberdade de expressão aparece igualmente consolidada, com o coletivo promovendo debates, entrevistas e coberturas que reforçam a arte como espaço de crítica social. Inventividade e territorialidade se destacam na combinação de formatos comunicacionais, como texto, fotografia, vídeo, áudio e eventos, além da construção de narrativas profundamente enraizadas no território piauiense, que reposicionam o estado no cenário cultural brasileiro, e estão assaz presentes no conteúdo do manifesto, como no item nove: “Sonhamos com um povo orgulhoso de suas potencialidades e que acredite que o futuro

pode e deve ser cada vez melhor, e que a valorização da nossa arte e nossa cultura é um dos caminhos fundamentais para que isso aconteça” (Holanda Filho, 2018).

Os resultados do formulário aplicado aos membros do coletivo, sete respondentes entre vinte e seis pessoas membras ativas, reforçam essa percepção de alinhamento. Todos os princípios estruturantes da PNA receberam 100% de concordância total, indicando unanimidade na compreensão de que a prática cotidiana do coletivo incorpora de maneira efetiva diversidade, liberdade, inventividade e territorialidade. Entre o público respondente, os princípios de inventividade e territorialidade também alcançaram 100% de concordância total, enquanto diversidade e liberdade registraram 86% de concordância total e 14% de concordância parcial. Esses resultados demonstram que o coletivo é reconhecido externamente como um espaço plural, criativo e comprometido com a defesa das liberdades artísticas conectadas à valorização das potencialidades do território piauiense.

No nosso caso, valorizar a arte e a cultura piauiense contribui bastante na movimentação da economia criativa e em instigar os diversos agentes da sociedade a fazer uso do poder criativo da nossa cultura e dos nossos artistas, além de provocar mudanças importantes na nossa sociedade e empoderar projetos relevantes (Impacta Nordeste, 2021).

No que se refere aos eixos da PNA, a atuação da Geleia Total apresenta pontos de grande força. Memória, difusão e desenvolvimento socioeconômico atingiram os maiores índices entre o público. Memória recebeu 100% de concordância total, enquanto difusão e desenvolvimento socioeconômico alcançaram 86% de concordância total. Acesso e reflexão crítica apresentaram 71% de concordância total, confirmando que o coletivo é percebido como mediador central na circulação de artistas, na democratização da informação cultural e na promoção de debates qualificados.

#### 4.3 Limitações em relação à PNA

A despeito do forte alinhamento da Geleia Total com os princípios e eixos da Política Nacional das Artes (PNA), a análise das respostas das pessoas membras do coletivo e do público evidencia algumas limitações que apontam para limitações estruturais e áreas com menor grau de consolidação. Entre os membros, as menores pontuações concentram-se nos eixos de Internacionalização, Formação e Pesquisa. Internacionalização apresentou 71% de concordância total e 29%, indicando que, embora o coletivo reconheça avanços, há consciência de que faltam condições materiais e institucionais para desenvolver ações mais amplas nesse campo. Formação e Pesquisa também apresentaram variações relevantes nas respostas, incluindo índices de discordância parcial, o que sugere que, apesar de existirem iniciativas nessas áreas, ainda não são percebidas como eixos plenamente estruturados da atuação do coletivo.

A percepção do público reforça e aprofunda essas lacunas. O eixo de Formação apresentou a maior dispersão de respostas, com apenas 29% de concordância total, 43% de concordância parcial e 29% de neutralidade, indicando que parte significativa do público não reconhece ações formativas como componente central ou contínuo da atuação da Geleia Total. O eixo de Criação também obteve índices relativamente baixos, com 57% de concordância total e 43% de concordância parcial, revelando que o estímulo à criação artística é percebido mais como consequência indireta da difusão do que como ação programática e estruturada. O eixo de Pesquisa apresentou 71% de concordância total, mas 14% de neutralidade, evidenciando que tais iniciativas possuem alcance ou visibilidade limitada. Já o eixo de Internacionalização, com 71% de concordância total e 29% de neutralidade, demonstra que grande parte do público não identifica de forma clara ações voltadas à circulação internacional, o que sugere um campo ainda incipiente.

Essas percepções apontam para desafios estruturais que extrapolam a atuação do coletivo. A baixa consolidação de ações de formação e pesquisa, bem como a dificuldade de fomentar criação artística de modo direto, estão diretamente relacionadas à fragilidade de recursos financeiros, à ausência de políticas continuadas ao longo do período de atuação do coletivo e à informalidade característica dos coletivos culturais. No caso da internacionalização, esses desafios se intensificam devido à necessidade de investimentos específicos em tradução, circulação e capacitação.

Mesmo o eixo de acesso, bem avaliado, evidencia limitações quando analisado qualitativamente, especialmente no que diz respeito à acessibilidade plena, inclusão de públicos sem internet e adaptação de conteúdos para pessoas com deficiência. Essas restrições dialogam com os gargalos apontados pelo diagnóstico do Plano Nacional de Cultura, como desigualdades de infraestrutura, conectividade e oferta de equipamentos culturais no território brasileiro.

As limitações observadas resultam dos caminhos de atuação priorizados pelo coletivo, dada sua equipe, possibilidades e limitações, e das fragilidades das políticas públicas para a cultura em nível municipal, estadual e federal ao longo dos dez anos de atuação da Geleia Total.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender a atuação do coletivo cultural Geleia Total à luz da Política Nacional das Artes, situando o caso no contexto mais amplo das políticas culturais brasileiras e dos debates sobre coletivos culturais e ecossistemas de inovação social. A partir de uma abordagem qualitativa, baseada em estudo de caso e pesquisa documental, foi possível evidenciar que a Geleia Total desempenha papel atuante para o ecossistema cultural piauiense, operando como veículo de comunicação, espaço de formação, agente de memória e articulador de redes.

Os resultados indicam forte alinhamento entre a prática do coletivo e diversos princípios e eixos da PNA, especialmente no que se refere à diversidade, liberdade de

expressão, inventividade, territorialidade, difusão, memória, formação, pesquisa, reflexão crítica e desenvolvimento socioeconômico. A Geleia Total configura-se, assim, como exemplo de como coletivos culturais em seus territórios já vêm realizando, de forma autônoma e criativa, ações que a política nacional busca reconhecer e fortalecer.

Por outro lado, foram identificadas lacunas e desafios relacionados à internacionalização, à criação e ao acesso, que evidenciam tanto limites organizacionais do coletivo quanto barreiras estruturais do campo cultural brasileiro, como a insuficiência de financiamento contínuo, a precarização do trabalho da cultura, a concentração de oportunidades e as desigualdades de infraestrutura e conectividade. Esses elementos reforçam a necessidade de políticas públicas que não apenas estabeleçam diretrizes e princípios, mas que também criem mecanismos de apoio concreto, diálogo permanente e cofinanciamento das iniciativas da sociedade civil.

Como principal contribuição, este artigo sugere que a construção coletiva da PNA e do Plano Nacional de Cultura (PNC), por meio de conferências, escutas públicas e processos participativos descentralizados, impactou diretamente o alinhamento desses marcos normativos com a realidade dos agentes culturais nos territórios brasileiros. O caso da Geleia Total, atuante em um estado historicamente à margem dos grandes investimentos públicos e das indústrias culturais, evidencia como esse modelo participativo amplia o alcance, o enraizamento territorial e a efetividade das políticas culturais.

Nesse sentido, é fundamental o protagonismo do governo federal na coordenação das políticas públicas para a cultura e no amadurecimento do federalismo cultural, desde que articulado aos princípios do PNC, como o “o respeito e a valorização da diversidade e das identidades culturais em todas as suas manifestações” (Brasil, 2025b, p. 22) e da PNA, como o “respeito ao vínculo de indivíduos, grupos, sociedades e/ou povos e comunidades tradicionais com seus territórios, para os quais tal dimensão se configura como condição essencial ao exercício da criação, expressão e fruição artísticas” (Brasil, 2025a, p. 22).

As análises apontam, ainda, para a importância de fortalecer programas que integrem comunicação, formação, pesquisa e fomento à criação em parceria com coletivos culturais, reconhecendo-os como atores estratégicos da política de Estado para a cultura e como promotores da inovação social nos territórios. Políticas culturais efetivas exigem o reconhecimento das identidades, práticas e dinâmicas próprias dos sujeitos que produzem cultura. Ao mesmo tempo em que o setor cultural precisa avançar em processos de profissionalização para ampliar seus impactos, o Estado e suas instituições devem se adaptar para atuar com sinergia de forma colaborativa com coletivos e iniciativas culturais já existentes.

Por fim, como limites, destaca-se que este estudo se concentrou em um único caso e utilizou um instrumento de pesquisa ainda exploratório. Pesquisas futuras podem ampliar o universo empírico, comparando diferentes coletivos culturais em outros estados, bem como aprofundar a análise quantitativa sobre impactos socioeconômicos e simbólicos dessas iniciativas. Ainda assim, o caso da Geleia Total permite afirmar que a construção de uma Política Nacional das Artes efetiva passa, necessariamente, pelo reconhecimento e pelo

fortalecimento de coletivos culturais que, como este, têm atuado de forma decisiva na garantia dos direitos culturais e na afirmação da diversidade brasileira.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Nacional de Artes - Funarte. **Brasil das Artes: uma política nacional**. Brasília, 2025a.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura do povo brasileiro: resumo executivo do Projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura 2025-2035**. Brasília, 2025b.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Por que legislar sobre Indústrias Culturais. *In*: ROCHA, Renata; BRIZUELA, Juan Ignacio (orgs.). **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, ano 5, p. 07-41. 1995.

HOLANDA FILHO, Noé. Manifesto da Geleia Total. **Geleia Total**, Teresina, 14 mai. 2018. Disponível em: <https://www.geleiatotal.com.br/2018/05/14/manifesto-da-geleia-total/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

Geleia Total utiliza a comunicação para valorizar a arte e a cultura do Piauí. **Impacta Nordeste**, 06 jan. 2021. Disponível em: <https://impactanordeste.com.br/geleia-total-utiliza-a-comunicacao-para-valorizar-a-arte-e-a-cultura-do-piaui/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

KOMATSU CIPRIANI, T.; KALETKA, C.; PELKA, B. **Transition through design: enabling innovation via empowered ecosystems**. *European Planning Studies*, v. 28, n. 5, p. 1010-1025, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1680612>.

LÁZARO, José Carlos. Ecossistemas culturais: uma abordagem complementar às políticas públicas da cultura. *In*: ALMEIDA, Custódio; BARBALHO, Alexandre; AZEVEDO JR., Ivânio (orgs.). **Cultura, inovação e inclusão social: estudos de políticas culturais no Ceará**. Fortaleza: EdUECE, 2023.

LIMA, Francisco Luanderson Rodrigues. **A função social e comunicacional do coletivo cultural Geleia Total**: um estudo de caso. 2022. TCC (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2022.

LIMA, Francisco Luanderson Rodrigues. **Nas margens do mercado**: jornalismo e cultura no coletivo Geleia Total. 2025. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2025.

MARIGHELLA, Maria. De falsos dilemas a uma política nacional para as artes. **Revista Fórum**, São Paulo, seção Debates, 24 set. 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/debates/2024/9/24/de-falsos-dilemas-uma-politica-nacional-para-artes-por-maria-marighella-166189.html>. Acesso em: 2 dez. 2025.

MARINO, Aluizio. **Coletivos culturais na cidade de São Paulo**: “Ação cultural como ação política”. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação) - Centro Latino-Americano de Cultura e Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2013.

PIAUÍ. Lei nº 7.956, de 23 de janeiro de 2023. **Institui o Plano Estadual de Cultura de 2022 a 2027 e cria o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais (SEIIC)**. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, 23 jan. 2023. Disponível em: [https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/5515/lei\\_no\\_7956\\_de\\_23\\_d\\_e\\_janeiro\\_de\\_2023.pdf](https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/5515/lei_no_7956_de_23_d_e_janeiro_de_2023.pdf). Acesso em: 02 dez. 2025.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO; Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RAMOS, Bárbara Heliodora Andrade. **Gestão cultural em movimento**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.